



# **Interligação Elétrica Sul**

**S.A.**

**Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

## ÍNDICE

Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	
1. Contexto operacional.....	9
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	10
3. Principais práticas contábeis.....	10
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador .....	15
5. Caixa e equivalentes de caixa .....	16
6. Aplicações financeiras.....	16
7. Caixa restrito .....	17
8. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias.....	17
9. Tributos e contribuições a compensar .....	17
10. Imobilizado.....	18
11. Intangível.....	21
12. Empréstimos e financiamento .....	23
13. Tributos e encargos sociais a recolher .....	25
14. Encargos regulatórios a recolher .....	25
15. Obrigações trabalhistas.....	26
16. Provisões .....	26
17. Patrimônio líquido.....	26
18. Receita operacional bruta .....	27
19. Resultado financeiro.....	29
20. Imposto de renda e contribuição social .....	29
21. Transações com partes relacionadas .....	29
22. Instrumentos financeiros .....	30
23. Seguros .....	32
24. Eventos subsequentes.....	32
25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário.....	33
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	38

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	128	7.029
Aplicações financeiras	6	11.591	-
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	1.493	1.093
Estoque		40	-
Tributos e contribuições a compensar	9	410	722
Outros		18	329
		<b>13.680</b>	<b>9.173</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Caixa Restrito	7	1.934	1.772
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	81	79
Imposto de renda e contribuição social diferidos		673	-
Cauções e depósitos vinculados		618	618
Outros		328	-
		<b>3.634</b>	<b>2.469</b>
Imobilizado	10	196.309	203.847
Intangível	11	22.450	22.024
		<b>218.759</b>	<b>225.871</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>236.073</b>	<b>237.513</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		999	1.643
Empréstimos e financiamentos	12	3.938	3.942
Tributos e encargos sociais a recolher	13	313	544
Encargos regulatórios a recolher	14	68	327
Obrigações trabalhistas	15	-	90
Contas a pagar		801	788
Outros		323	54
		<b>6.442</b>	<b>7.388</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	12.155	16.017
Encargos regulatórios a recolher	14	504	424
Provisões	16	1.980	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20 (a)	431	-
		<b>15.070</b>	<b>16.441</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	17 (a)	220.660	220.660
Reservas de lucros	17 (c)	(6.099)	(6.976)
		<b>214.561</b>	<b>213.684</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>236.073</b>	<b>237.513</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2019	2018
<b>Operações em continuidade</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	18	20.820	21.236
Outras receitas		45	46
		<b>20.865</b>	<b>21.282</b>
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP		(335)	(292)
COFINS		(1.545)	(1.339)
		<b>(1.880)</b>	<b>(1.631)</b>
<b>Encargos</b>			
Reserva Global de Reversão – RGR		(490)	(612)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(69)	(72)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(182)	(187)
		<b>(741)</b>	<b>(871)</b>
<b>Receita líquida</b>		<b>18.244</b>	<b>18.780</b>
<b>Custos e despesas</b>			
Pessoal		(440)	(762)
Material		(12)	(12)
Serviços de terceiros		(5.929)	(5.953)
Depreciação e amortização		(7.545)	(7.512)
Seguros		(31)	(10)
Doações, contribuições e subvenções.		(26)	(5)
Arrendamento e aluguéis		(174)	(75)
Provisão para demandas judiciais		(1.947)	(6)
Tributos		(12)	-
Outras despesas operacionais		-	(2)
Gastos diversos		(27)	(135)
		<b>(16.143)</b>	<b>(14.472)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>2.101</b>	<b>4.308</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras	19	774	364
Despesas financeiras	19	(1.993)	(1.837)
		<b>(1.219)</b>	<b>(1.473)</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>882</b>	<b>2.835</b>
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20	(247)	(504)
Diferido		242	-
<b>Resultado líquido do Exercício</b>		<b>877</b>	<b>2.331</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## Interligação Elétrica Sul S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	877	2.331
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b><u>877</u></b>	<b><u>2.331</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucro					Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva para retenção de lucros	Lucros acumulados	
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>215.937</b>	<b>1.561</b>	<b>15.202</b>	<b>5.525</b>	<b>(31.595)</b>	<b>206.630</b>
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	2.331	2.331
Aumento de capital	17 (a)	4.723	-	-	-	-	4.723
Destinação do lucro							
Absorção das reservas de lucros	17 (c)	-	(1.561)	(15.202)	(12.501)	29.264	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>220.660</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.976)</b>	<b>-</b>	<b>213.684</b>
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	877	877
Destinação do lucro							
Absorção das reservas de lucros	17 (c)	-	-	-	877	(877)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>220.660</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.099)</b>	<b>-</b>	<b>214.561</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	877	2.331
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	7.545	7.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(242)	-
Provisão para demandas judiciais	1.853	-
Custo residual de ativo imobilizado baixado (notas 10 e 11)	85	140
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	1.367	1.592
	<u>11.485</u>	<u>11.575</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	(162)	(44)
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	(402)	702
Tributos e contribuições a compensar	312	(23)
Estoques	(40)	-
Serviços em curso	-	(328)
Outros	(17)	2
	<u>(309)</u>	<u>309</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(644)	(5.103)
Tributos e encargos sociais a recolher	(231)	107
Encargos regulatórios a recolher	(186)	57
Obrigações sociais e trabalhistas	(90)	(15)
Outros	283	(454)
	<u>(868)</u>	<u>(5.408)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais</b>	<b><u>10.308</u></b>	<b><u>6.476</u></b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras	(11.591)	-
Imobilizado (nota 9 (b))	(14)	-
Intangível (nota 10 (b))	(505)	(1.426)
<b>Fluxo de caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento</b>	<b><u>(12.110)</u></b>	<b><u>(1.426)</u></b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 12)	(3.894)	(3.884)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 12)	(1.205)	(1.449)
Integralização de capital (Nota 17 (a))	-	4.723
<b>Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b><u>(5.099)</u></b>	<b><u>(610)</u></b>
<b>Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(6.901)</u></b>	<b><u>4.440</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.029	2.589
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	128	7.029
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(6.901)</u></b>	<b><u>4.440</u></b>

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$268 (R\$207 em 2018).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias



# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. Contexto Operacional

#### 1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Sul S.A. (“IESUL” ou “Companhia”), constituída em 23 de julho de 2008, é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), desde setembro de 2018, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre C Cristal, andar 5,6 e 7, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em setembro de 2018, houve a aquisição da totalidade de participação acionária da Companhia pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, sendo 50% das ações pertencentes à Cymi Construções e Participações S.A (“Cymi”).

#### 1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
013/2008	30	15/10/2038	5 anos	2024	IPCA	5.777	06/19
016/2008	30	15/10/2038	5 anos	2024	IPCA	12.166	06/19

#### Contrato nº 013/2008

Subestação Scharlau, em 230/138kV com potência instalada de 450MVA e a Linha de Transmissão (LT) em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 23 Km, com origem na subestação Nova Santa Rita e término na Subestação Scharlau, com entrada em operação no dia 9 de dezembro de 2010.

#### Contrato nº 016/2008

Subestação Forquilha em 230/69Kv com potência instalada em 300MVA e as Linhas de Transmissão (LT) em 230 Kv, circuito simples, (i) com extensão aproximada de 100Km, com origem na nova subestação Joinville Norte e término na Subestação Curitiba e (ii) com extensão aproximada de 50 Km, com origem na subestação Jorge Lacerda B e término na Subestação Siderópolis, com entrada em operação em 12 de outubro de 2011, 18 de agosto de 2012 e 13 de agosto de 2015, respectivamente.

Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

#### 2.1 Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 24 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

#### 2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

### 3 Principais práticas Contábeis Regulatórias

#### 3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

#### 3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Companhia optou pelo regime do Lucro Real Trimestral. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$60 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

#### (a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

#### (b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

##### (i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços (nota 14).

##### (ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 14).

##### (iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 14).

### 3.4 Instrumentos financeiros

#### (a) Ativos financeiros

##### (i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para impairment.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial

### **(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

### (iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

### (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

### 3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

### 3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 18.3).

### 3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

### 3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

### 3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

### 3.10 Arrendamentos

#### (a) A Companhia como arrendatária

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

### 3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### 3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 16.

### 3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

### 3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

### 3.16 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

## 4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

- **CPC nº48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

- **CPC nº 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 - Leases) e Deliberação CVM nº 787 em 21 de dezembro de 2017**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

### • ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos		128	1.161
Equivalentes de caixa			
Compromissada (a)	94% a 99,5%	-	5.868
		<u>128</u>	<u>7.029</u>

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 22 (c).

(a) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazos pré-determinados, lastreados por títulos públicos registradas na B3.

## 6 Aplicações financeiras

	<b>Rentabilidade média acumulada da carteira em</b>	
	<b>2019</b>	<b>2019</b>
	<b>% do CDI</b>	
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		6.352
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	96,3%	5.239
		<u>11.591</u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são



# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

### 7 Caixa restrito

O saldo de caixa restrito é de R\$1.934 (R\$1.772 em 2018), e refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Companhia deverá manter conta reserva de no mínimo três vezes o valor da última parcela vencida com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,3, apurado anualmente, incluindo parcela do principal e juros (nota 12). No caso do ICSD inferior a 1,3 a conta reserva deverá ser composta por no mínimo seis vezes o valor da última parcela vencida.

A conta reserva dos serviços da dívida será movimentada exclusivamente para quitação de prestações ou no momento em que a Companhia for dispensada da manutenção da reserva dada pelo BNDES, conforme critérios estabelecidos nos contratos de financiamento. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco do Brasil S.A., onde os recursos estão depositados.

### 8 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	Corrente a vencer		Corrente vencida			2019	2018
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	1.481	8	3	1	81	1.574	1.172
	<b>1.481</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>81</b>	<b>1.574</b>	<b>1.172</b>

### 9 Tributos e contribuições a compensar

	2019	2018
Imposto de renda a recuperar	226	207
Contribuição social a recuperar	77	-
Imposto de renda retido na fonte	67	353
Contribuição social retido na fonte	-	122
COFINS	33	33
PIS	7	7
	<b>410</b>	<b>722</b>

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 10 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

#### a) Ativo imobilizado em Serviço

	Custo em 2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2019	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Saldo em 2019	Saldo em 2018
<b>Transmissão</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.590	-	-	-	4.590	-	(1.261)	3.329	3.485
Máquinas e equipamentos	236.999	-	-	-	236.999	-	(45.703)	191.296	198.652
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	2	-	-	-	2	-	(2)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>241.591</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241.591</b>	<b>-</b>	<b>(46.966)</b>	<b>194.625</b>	<b>202.137</b>

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### b) Ativo imobilizado em Curso

	Custo em 2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2019	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Saldo em 2019	Saldo em 2018
<b>Transmissão</b>									
Máquinas e equipamentos	983	-	-	-	983	-	-	983	983
Outros	727	-	(40)	-	687	(40)	-	687	727
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	-	14	-	-	14	14	-	14	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.710</b>	<b>14</b>	<b>(40)</b>	<b>-</b>	<b>1.684</b>	<b>(26)</b>	<b>-</b>	<b>1.684</b>	<b>1.710</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>243.301</b>	<b>14</b>	<b>(40)</b>	<b>-</b>	<b>243.275</b>	<b>(26)</b>	<b>(46.966)</b>	<b>196.309</b>	<b>203.847</b>

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018	
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
<b>Em Serviço</b>					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	4.590	(1.261)	3.329	3.485
Máquinas e equipamentos	3,71%	236.999	(45.703)	191.296	198.652
Administração					
Máquinas e equipamentos	16,67%	2	(2)	-	-
		<b>241.591</b>	<b>(46.966)</b>	<b>194.625</b>	<b>202.137</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão					
		1.670	-	1.670	1.710
Administração					
		14	-	14	
		<b>1.684</b>	<b>-</b>	<b>1.684</b>	<b>1.710</b>
		<b>243.275</b>	<b>(46.966)</b>	<b>196.309</b>	<b>203.847</b>

### d) Composição das adições do imobilizado em curso

	Máquinas/Equipamentos	Total
Máquinas e equipamentos	14	14
<b>Total das adições</b>	<b>14</b>	<b>14</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 11 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

#### a) Ativo intangível em serviço

	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2019</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Saldo em 2019</u>	<u>Saldo em 2018</u>
<b>Transmissão</b>									
Servidões	11.409	-	-	-	11.409	-	-	11.409	11.409
<b>Administração</b>									
Softwares	-	-	-	190	190	190	(34)	156	-
<b>Subtotal</b>	<b>11.409</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>190</b>	<b>11.599</b>	<b>190</b>	<b>(34)</b>	<b>11.565</b>	<b>11.409</b>

#### b) Ativo intangível em curso

	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C) (*)</u>	<u>Custo em 2019</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Saldo em 2019</u>	<u>Saldo em 2018</u>
<b>Transmissão</b>									
Servidões	-	250	-	-	250	250	-	250	-
Depósitos Judiciais	10.434	217	(45)	-	10.606	172	-	10.606	10.434
<b>Administração</b>									
Softwares	181	38	-	(190)	29	(152)	-	29	181
<b>Subtotal</b>	<b>10.615</b>	<b>505</b>	<b>(45)</b>	<b>(190)</b>	<b>10.885</b>	<b>270</b>	<b>-</b>	<b>10.885</b>	<b>10.615</b>
<b>Total do ativo intangível</b>	<b>22.024</b>	<b>505</b>	<b>(45)</b>	<b>-</b>	<b>22.484</b>	<b>460</b>	<b>(34)</b>	<b>22.450</b>	<b>22.024</b>

(\*) Os valores de transferências referem-se a reclassificações entre bens do ativo imobilizado e ativo intangível.

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### c) Taxas anuais de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2019		2018	
		Bruto	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
<b>Em Serviço</b>					
Transmissão					
Servidões		11.409	-	11.409	11.409
Administração					
Softwares	20,00%	190	(34)	156	-
		<b>11.599</b>	<b>(34)</b>	<b>11.565</b>	<b>11.409</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão					
		10.856	-	10.856	10.434
Administração					
		29	-	29	181
		<b>10.885</b>	<b>-</b>	<b>10.885</b>	<b>10.615</b>
		<b>22.484</b>	<b>(34)</b>	<b>22.450</b>	<b>22.024</b>

### d) Composição das adições do intangível em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Serviços de Terceiros	Outros gastos	Total
Servidões	-	250	250
Softwares	38	-	38
Depósito judicial	-	217	217
<b>Total das adições</b>	<b>38</b>	<b>467</b>	<b>505</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 12 Empréstimos e financiamentos

#### a) Composição dos saldos

Moeda nacional	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo	Adimplente	Data da Captação /Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data próximo pgto juros(*)	Frequência do pgto Juros	Data da próxima amortização (*)	Vencimento final	Frequência da amortização	Sistemática amortização
	<b>43</b>	<b>3.895</b>	<b>12.155</b>	<b>16.093</b>											
BNDES 10.2.1883.1 - PSI	3	1.117	93	1.213	Sim	21/12/2010	Recebíveis	Pré	3,5%	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/01/2021	Mensal	SAC
BNDES 10.2.1883.1 - FINEM	13	761	3.362	4.136	Sim	21/12/2010	Recebíveis	TJLP	2,58%	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/05/2025	Mensal	SAC
BNDES 13.2.0422.1 - PSI	5	1.190	2.777	3.972	Sim	28/06/2013	Recebíveis	Pré	5,5%	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/08/2023	Mensal	SAC
BNDES 13.2.0422.1 - FINEM	22	827	5.923	6.772	Sim	28/06/2013	Recebíveis	TJLP	2,58%	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/08/2028	Mensal	SAC

(\*) pagamento foi realizado na data prevista.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (i) Contrato 10.2.1883.1

Em 2010, a Companhia obteve recurso junto ao BNDES para financiar a implementação da infraestrutura das linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 013/2008, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011. As fianças bancárias foram dispensadas pelo BNDES em 26 de maio de 2017.

### (ii) Contrato 13.2.0422.1

Em 2013, a Companhia obteve recurso junto ao BNDES para financiar a implementação da infraestrutura das linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 016/2008, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014. As fianças bancárias foram dispensadas pelo BNDES em 26 de maio de 2017.

Existe interveniência da controladora CTEEP nos contratos de financiamento de BNDES.

Os contratos de BNDES possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros. Na ocorrência do não cumprimento dos indicadores há cláusulas de “cross default” que estabelecem a antecipação das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2019, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

### b) O cronograma de vencimento da amortização de principal e juros de longo prazo, estão distribuídos como segue:

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026+</u>	<u>Total</u>
<u>Moeda Nacional</u>							
BNDES - 10.2.1883.1	846	754	754	754	347	-	<b>3.455</b>
BNDES - 13.2.0422.1	<u>2.008</u>	<u>2.008</u>	<u>1.215</u>	<u>818</u>	<u>788</u>	<u>1.863</u>	<b>8.700</b>
	<b><u>2.854</u></b>	<b><u>2.762</u></b>	<b><u>1.969</u></b>	<b><u>1.572</u></b>	<b><u>1.135</u></b>	<b><u>1.863</u></b>	<b><u>12.155</u></b>

### c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

<b>Saldos em 2017</b>	<b><u>23.701</u></b>
Pagamentos de principal	(3.884)
Pagamentos de juros	(1.449)
Juros e variações monetárias e cambiais (nota 19)	<u>1.591</u>
<b>Saldos em 2018</b>	<b><u>19.959</u></b>
Pagamentos de principal	(3.894)
Pagamentos de juros	(1.205)
Juros e variações monetárias e cambiais (nota 19)	<u>1.233</u>
<b>Saldos em 2019</b>	<b><u>16.093</u></b>



## Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### d) Composição ativos financeiros

	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Principal + juros LP</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos financeiros			
Caixas e Aplicações financeiras	11.719	-	11.719
Caixa restrito	-	1.934	1.934
	<u>11.719</u>	<u>1.934</u>	<u>13.653</u>

### e) Composição do endividamento e dívida líquida

	<u>Juros de curto prazo</u>	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Principal + LP</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dívida bruta					
Moeda nacional	43	3.895	12.155	16.093	19.959
Ativos financeiros	-	(11.719)	(1.934)	(13.653)	(8.801)
<b>Dívida Líquida</b>				<u>2.440</u>	<u>11.158</u>

### 13 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda	-	118
Contribuição social	6	63
COFINS	150	131
PIS	33	28
INSS	41	38
ISS	12	112
Imposto de renda retido na fonte	11	10
FGTS	-	1
Outros	60	43
	<u>313</u>	<u>544</u>

### 14 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	512	432
Reserva Global de Reversão – RGR	-	253
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	60	66
	<u>572</u>	<u>751</u>
Circulante	<u>68</u>	<u>327</u>
Não circulante	<u>504</u>	<u>424</u>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

- (i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

### 15 Obrigações trabalhistas

	<u>2018</u>
Férias e encargos sociais (*)	<u>90</u>
	<u>90</u>
Circulante	<u>90</u>

(\*) A partir de novembro de 2018 a Companhia terceirizou todo o seu processo administrativo e técnico e, atualmente compartilha recursos com a Controladora por meio de contrato específico (nota 21).

### 16 Provisões

#### Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 62 ações cíveis no valor de R\$1.980. Em 31 de dezembro de 2018, não havia demandas judiciais com probabilidade de perda provável.

### 17 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 12 de março de 2020 e disponibilizadas em 13 de março de 2020.

#### (a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2019 e 2018 é de 221.000.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2019 e 2018 totaliza R\$220.660 e está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 18 de setembro de 2018, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R\$4.723.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

### (c) Reservas de lucros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reserva de retenção de lucros (i)	(6.099)	(6.976)
	<u>(6.099)</u>	<u>(6.976)</u>

#### (i) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

## 18 Receita operacional bruta

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receita bruta</b>		
Rede básica	20.569	20.946
Demais Instalações de Transmissão - DIT	251	290
Aluguéis	45	46
	<u>20.865</u>	<u>21.282</u>

### 18.1 Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A segunda revisão tarifária periódica da Companhia foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 2.556, de 11 de junho de 2019, reduzindo de forma preliminar a RAP em 5,325%, para o contrato 013/2008 e em 5,656% para o contrato 016/2008.

Em novembro de 2019, os recursos administrativos foram deliberados pela ANEEL e seu resultado foi publicado por meio da Resolução Homologatória nº 2.635/2019 alterando o resultado da Resolução ANEEL nº 2.556/2019.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Desta forma, a RAP teve sua redução definitiva de 2,369%, para o contrato 013/2008 e em 2,659% para o contrato 016/2008.

As diferenças entre os valores efetivamente pagos e os valores devidos serão apurados e considerados na forma de Parcela de Ajuste – PA no ciclo tarifário 2020/2021, e já foram refletidos nos fluxos de caixa do ativo contratual em 31 de dezembro de 2019.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

### 18.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa n.º 782/2017, atualizou a REN n.º729/16, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

### 18.3 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 2.565, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

De acordo com a Resolução Homologatória n.º 2.565, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Companhia (contratos n.º 013/2008 e 016/2008), líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$17.871 em 01 de julho de 2018, passou para R\$17.943 em 01 de julho de 2019, apresentando um aumento de R\$72, equivalente a 0,4%.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
013/2008	-	6.035	(258)	-	-	-	5.777
016/2008	1.872	10.587	(537)	-	245	(1)	12.166
	<b>1.872</b>	<b>16.622</b>	<b>(795)</b>	<b>-</b>	<b>245</b>	<b>(1)</b>	<b>17.943</b>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 19 Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	586	350
Juros ativos	7	7
Variações monetárias	78	1
Outras	<u>103</u>	<u>6</u>
	<u>774</u>	<u>364</u>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.173)	(1.592)
Juros passivos	(19)	(10)
Variações monetárias	(193)	-
Outras	<u>(608)</u>	<u>(235)</u>
	<u>(1.993)</u>	<u>(1.837)</u>
	<u><b>(1.219)</b></u>	<u><b>(1.473)</b></u>

### 20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$247 (R\$504 em 2018), que representam o valor efetivamente recolhido à Receita Federal no exercício de 2019.

A empresa adota o regime de lucro real trimestral.

#### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$431 no passivo, refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social de diferenças temporárias sobre as operações das demandas judiciais.

### 21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	<u>119</u>	<u>16</u>	<u>(538)</u>	<u>(224)</u>
		<u><b>119</b></u>	<u><b>16</b></u>	<u><b>(538)</b></u>	<u><b>(224)</b></u>

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Companhia e a ISA CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes.

## 22 Instrumentos financeiros

### (a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativos financeiros</b>			
<b><u>Valor justo por meio do resultado</u></b>			
Caixa e bancos	-	128	1.161
Equivalentes de caixa	1	-	5.868
Aplicações financeiras	2	11.591	-
Caixa restrito	2	1.934	1.772
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	1.493	1.093
Não Circulante	-	81	79
Depósitos judiciais	-	618	618
<b>Passivos financeiros</b>			
<b><u>Custo amortizado</u></b>			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	-	3.938	3.942
Não circulante	-	12.155	16.017
Fornecedores	-	999	1.643

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

## Interligação Elétrica Sul S.A.

### Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### (b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	3.938	3.942
Não circulante	<u>12.155</u>	<u>16.017</u>
Dívida total	16.093	19.959
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>11.719</u>	<u>7.029</u>
Dívida líquida	4.374	12.930
Patrimônio líquido regulatório	214.561	213.684
Índice de endividamento líquido	2,0%	6,1%

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (covenants) apurados com base nos índices de endividamento (nota 12). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atende a todos os requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

#### (c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 18.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 12).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### 23 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/19 a 19/12/20	47.585	25
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/19 a 19/12/20	50.000(*)	-
			<u>25</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(\*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

### 24 Eventos subsequentes

#### Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A Companhia vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema, entretanto considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica se mostrarão eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração nas demonstrações contábeis.

A Administração também implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: rodízio de operadores em grupo fixo, sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto e acompanhamento diário quadro de saúde e bem estar dos colaboradores.

#### Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Em 2020 a Companhia alterou o regime tributário de Lucro Real Trimestral para Lucro Presumido, observando-



## Interligação Elétrica Sul S.A.

### Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

#### 25 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Normas Internacionais de Contabilidade para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Ativo	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	128	-	128	7.029	-	7.029
Aplicações financeiras	11.591	-	11.591	-	-	-
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	1.493	(1.493)	-	1.093	(1.093)	-
Ativo de concessão	-	18.426	18.426	-	18.651	18.651
Estoque	40	-	40	-	-	-
Tributos e contribuições a compensar	410	-	410	722	-	722
Outros	18	(3)	15	329	-	329
	<b>13.680</b>	<b>16.930</b>	<b>30.610</b>	<b>9.173</b>	<b>17.558</b>	<b>26.731</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Caixa restrito	1.934	-	1.934	1.772	-	1.772
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	81	(81)	-	79	(79)	-
Ativo de concessão	-	208.091	208.091	-	193.555	193.555
Estoques	-	687	687	-	727	727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	673	471	1.144	-	9.037	9.037
Cauções e depósitos vinculados	618	-	618	618	-	618
Outros	328	-	328	-	-	-
	<b>3.634</b>	<b>209.168</b>	<b>212.802</b>	<b>2.469</b>	<b>203.240</b>	<b>205.709</b>
Imobilizado	196.309	(196.247)	62	203.847	(203.847)	-
Intangível	22.450	(22.294)	156	22.024	(21.843)	181
	<b>218.759</b>	<b>(218.541)</b>	<b>218</b>	<b>225.871</b>	<b>(225.690)</b>	<b>181</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>236.073</b>	<b>7.557</b>	<b>243.630</b>	<b>237.513</b>	<b>(4.892)</b>	<b>232.621</b>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo Circulante</b>						
Fornecedores	999	-	999	1.643	-	1.643
Empréstimos, Financiamentos	3.938	-	3.938	3.942	-	3.942
Arrendamentos	-	59	59	-	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	313	-	313	544	-	544
Encargos regulatórios a recolher	68	-	68	327	-	327
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	90	-	90
Outros	1.124	-	1.124	842	-	842
	<b>6.442</b>	<b>59</b>	<b>6.501</b>	<b>7.388</b>	<b>-</b>	<b>7.388</b>
<b>Passivo Não circulante</b>						
Empréstimos, Financiamentos	12.155	-	12.155	16.017	-	16.017
Arrendamentos	-	5	5	-	-	-
Encargos regulatórios a recolher	504	-	504	424	-	424
Provisões	1.980	-	1.980	-	-	-
PIS COFINS diferidos	-	23.123	23.123	-	21.837	21.837
IR e CS diferidos	431	(431)	-	-	-	-
	<b>15.070</b>	<b>22.697</b>	<b>37.767</b>	<b>16.441</b>	<b>21.837</b>	<b>38.278</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>21.512</b>	<b>22.756</b>	<b>44.268</b>	<b>23.829</b>	<b>21.837</b>	<b>45.666</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	220.660	-	220.660	220.660	-	220.660
Reservas de Lucros	(6.099)	(15.199)	(21.298)	(6.976)	(26.729)	(33.705)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>214.561</b>	<b>(15.199)</b>	<b>199.362</b>	<b>213.684</b>	<b>(26.729)</b>	<b>186.955</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>236.073</b>	<b>7.557</b>	<b>243.630</b>	<b>237.513</b>	<b>(4.892)</b>	<b>232.621</b>

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Demonstrações dos Resultados	2019			2018		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
<b>Operações em continuidade</b>						
Disponibilização do sistema de transmissão	20.820	13.909	34.729	21.236	3.514	24.750
Outras Receitas	45	-	45	46	-	46
	<b>20.865</b>	<b>13.909</b>	<b>34.774</b>	<b>21.282</b>	<b>3.514</b>	<b>24.796</b>
<b>Tributos</b>						
PIS	(335)	(230)	(565)	(292)	(103)	(395)
COFINS	(1.545)	(1.057)	(2.602)	(1.339)	(476)	(1.815)
	<b>(1.880)</b>	<b>(1.287)</b>	<b>(3.167)</b>	<b>(1.631)</b>	<b>(579)</b>	<b>(2.210)</b>
<b>Encargos</b>						
Reserva Global de Reversão – RGR	(490)	-	(490)	(612)	-	(612)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(69)	-	(69)	(72)	-	(72)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(182)	-	(182)	(187)	-	(187)
	<b>(741)</b>	<b>-</b>	<b>(741)</b>	<b>(871)</b>	<b>-</b>	<b>(871)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>18.244</b>	<b>12.622</b>	<b>30.866</b>	<b>18.780</b>	<b>2.935</b>	<b>21.715</b>
<b>Custos e despesas</b>						
Pessoal	(440)	440	-	(762)	-	(762)
Material	(12)	(13)	(25)	(12)	-	(12)
Serviços de terceiros	(5.929)	(442)	(6.371)	(5.953)	(2)	(5.955)
Depreciação e amortização	(7.545)	7.455	(90)	(7.512)	7.512	-
Seguros	(31)	-	(31)	(10)	-	(10)
Doações, contribuições e subvenções	(26)	-	(26)	(5)	-	(5)
Arrendamento e aluguéis	(174)	61	(113)	(75)	-	(75)
Provisão para demandas judiciais	(1.947)	(448)	(2.395)	(6)	-	(6)
Tributos	(12)	-	(12)	-	-	-
Gastos diversos	(27)	-	(27)	(137)	-	(137)
	<b>(16.143)</b>	<b>7.053</b>	<b>(9.090)</b>	<b>(14.472)</b>	<b>7.510</b>	<b>(6.962)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>2.101</b>	<b>19.675</b>	<b>21.776</b>	<b>4.308</b>	<b>10.445</b>	<b>14.753</b>
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	774	-	774	364	-	364
Despesas financeiras	(1.993)	(7)	(2.000)	(1.837)	-	(1.837)
	<b>(1.219)</b>	<b>(7)</b>	<b>(1.226)</b>	<b>(1.473)</b>	<b>-</b>	<b>(1.473)</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>882</b>	<b>19.668</b>	<b>20.550</b>	<b>2.835</b>	<b>10.445</b>	<b>13.280</b>
Despesas com Impostos	(5)	(8.138)	(8.143)	(504)	(3.551)	(4.055)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>877</b>	<b>11.530</b>	<b>12.407</b>	<b>2.331</b>	<b>6.894</b>	<b>9.225</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 25.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

#### (a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### (b) Ativo de concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

### 25.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

# Interligação Elétrica Sul S.A.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 25.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS refere-se às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme regime competência apresentado no balanço societário. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

### 25.4 Arrendamentos

Os ajustes de arrendamentos são relativos à adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamentos” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$64 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$62, líquidos de depreciação.

\*\*\*

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Interligação Elétrica Sul S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Interligação Elétrica Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

A Interligação Elétrica Sul S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2020.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better  
working world

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

  
Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP